

**CONSELHO MUNICIPAL DOS DIREITOS DA CRIANÇA E DO ADOLESCENTE****SELEÇÃO DE CANDIDATOS AO CARGO DE CONSELHEIRO TUTELAR DE****SANTO ÂNGELO****24.7.2019**

Esta prova consta de 50 (cinquenta) questões, perfazendo um total de 100 (cem) pontos.

ATENÇÃO

1. Confira o total das questões. Qualquer irregularidade, comunique ao fiscal antes de iniciar a prova.
2. Ao receber o cartão-resposta confira seus dados e assine no local indicado.
3. Assinale apenas **UMA** resposta para cada questão objetiva.
4. Ao passar para o Cartão Resposta, **negrite** a quadrícula na linha e coluna correspondentes à resposta correta.
5. A interpretação das questões é parte integrante da prova.
6. Questão rasurada será anulada.
7. A duração da prova é de 3h (três horas), incluindo o tempo para o preenchimento do cartão-resposta.

BOA PROVA!**NOME**

1. O Estatuto da Criança e do Adolescente – ECA – (Lei Federal nº 8.069, de 13 de julho de 1990) dispõe, em seu artigo 4º, que é dever da família, da comunidade, da sociedade em geral e do poder público assegurar, com absoluta prioridade, a efetivação dos direitos referentes à vida, à saúde, à alimentação, à educação, ao esporte, ao lazer, à profissionalização, à cultura, à dignidade, ao respeito, à liberdade e à convivência familiar e comunitária da criança e do adolescente.

No que tange à garantia dessas prioridades, considere as afirmativas abaixo, assinalando a incorreta.

- A.() Preferência na formulação e na execução das políticas públicas.
B.() Primazia em receber proteção e socorro em quaisquer circunstâncias.
C.() Igualdade de condições em relação aos adultos no atendimento junto aos serviços públicos ou de relevância pública.
D.() Destinação privilegiada de recursos públicos nas áreas relacionadas com a proteção à infância e à juventude.

2. O artigo 15 do ECA – (Lei Federal nº 8.069, de 13 de julho de 1990) aponta que a criança e o adolescente têm direito à liberdade, ao respeito e à dignidade como pessoas humanas em processo de desenvolvimento e como sujeitos de direitos civis, humanos e sociais garantidos na Constituição brasileira e em leis específicas.

Considere as afirmativas abaixo, assinalando, no aspecto do direito de liberdade, a opção incorreta.

- A.() Direito de opinião e expressão.
B.() Direito de ir e vir e estar nos logradouros públicos e espaços comunitários, mesmo com restrições legais.
C.() Direito à crença e culto religioso.
D.() Direito de buscar refúgio, auxílio e orientação.

3. Sobre o programa de apadrinhamento previsto no artigo 19 – B e seus parágrafos do Estatuto da Criança e do Adolescente - ECA – (Lei Federal nº 8.069, de 13 de julho de 1990), considere as afirmativas, colocando V para as verdadeiras e F para as consideradas falsas.

- () Os programas ou serviços de apadrinhamento, apoiados pela Justiça da Infância e da Juventude, não poderão ser executados por organizações da sociedade civil.
() O programa de apadrinhamento consiste, entre outros objetivos, estabelecer e proporcionar à criança e ao adolescente vínculos externos à instituição para fins de convivência familiar e comunitária.
() Só poderão ser padrinhos ou madrinhas pessoas maiores de 25 anos.
() Pessoas jurídicas podem apadrinhar criança ou adolescente, a fim de colaborar para o seu desenvolvimento.

Está correta a sequência de V e F, de cima para baixo, representada na alternativa:

- A.() V, V, F, F.
B.() V, F, F, F.
C.() F, V, V, F.
D.() F, V, F, V.

4. O poder familiar será exercido, segundo o disposto no artigo 21 do Estatuto da Criança e do Adolescente - ECA – (Lei Federal nº 8.069, de 13 de julho de 1990), em igualdade de condições, pelo pai e pela mãe, na forma que dispuser a legislação Civil. Em caso de discordância entre pai e mãe, para solução da divergência, a palavra final será:

- A.() Do pai.
B.() Da mãe.
C.() Do juiz.
D.() Do Conselho Tutelar.

5. Sobre adoção, conforme artigo 39 e seguintes do ECA – (Estatuto da Criança e do Adolescente), considere as seguintes afirmações, colocando V para as verdadeiras e F para as falsas.
- () É permitida a adoção por procuração.
 - () O adotante há de ser, pelo menos, trinta anos mais velho que o adotando.
 - () A adoção é uma medida excepcional e irrevogável.
 - () Podem adotar os maiores de 18 anos, independentemente do estado civil.
- Está correta a sequência de V e F, de cima para baixo, representada pela letra:
- A. () F, F, V, V.
 - B. () V, V, F, F.
 - C. () F, V, F, V.
 - D. () V, F, F, V.
6. Em alguns casos de adoção, conforme previsão no artigo 45, parágrafo 2º do Estatuto da Criança e do Adolescente ECA – (Lei Federal nº 8.069, de 13 de julho de 1990), é necessário, também, dependendo da idade, consentimento do adotando. Nesse sentido, examine as alternativas seguintes e assinale a que corresponde corretamente a esse enunciado.
- A. () Em se tratando de adotando maior de dez anos.
 - B. () Em se tratando de adotando maior de onze anos.
 - C. () Em se tratando de adotando maior de doze anos.
 - D. () Em se tratando de adotando maior de treze anos.
7. O artigo 47 (parágrafo 10, do Estatuto da Criança e do Adolescente ECA – Lei Federal nº 8.069, de 13 de julho de 1990) prescreve o prazo máximo para a autoridade judicial concluir a ação de adoção, o qual corresponde corretamente à descrição da alternativa:
- A. () 30 dias, prorrogável uma única vez por igual período, mediante decisão fundamentada.
 - B. () 60 dias, prorrogável uma única vez por igual período, mediante decisão fundamentada.
 - C. () 90 dias, prorrogável uma única vez por igual período, mediante decisão fundamentada.
 - D. () 120 dias, prorrogável uma única vez por igual período, mediante decisão fundamentada.
8. Sobre a adoção, com base nos artigos 49 e 50 do Estatuto da Criança e do Adolescente - ECA – (Lei Federal nº 8.069, de 13 de julho de 1990), considere as seguintes afirmações, colocando V para as verdadeiras e F para as consideradas falsas.
- () A morte dos adotantes restabelece o poder familiar dos pais naturais.
 - () A autoridade judiciária manterá, em cada comarca ou foro regional, um registro de crianças e adolescentes em condições de serem adotados e outro de pessoas interessadas na adoção.
 - () Haverá cadastros distintos para pessoas ou casais residentes fora do país, que terão preferência em relação aos postulantes nacionais.
 - () Serão criados e implementados cadastros estaduais e nacional de criança e adolescente em condições de serem adotados e de pessoas ou casais habilitados à adoção.
- Está correta a sequência de V e F na alternativa:
- A. () V, F, F, V.
 - B. () F, V, F, V.
 - C. () F, F, V, V.
 - D. () V, V, F, F.
9. Sobre o direito à educação da criança e do adolescente, conforme o artigo 53 do Estatuto da Criança e do Adolescente - ECA (Lei Federal nº 8.069, de 13 de julho de 1990), considere as afirmações abaixo, assinalando a única opção incorreta quanto ao que é assegurado à criança e ao adolescente.
- A. () Igualdade de condições para o acesso e a permanência na escola pública e gratuita, condicionando à existência de vagas.
 - B. () Direito de serem respeitados por seus educadores.
 - C. () Direito de organização e participação em entidades estudantis.
 - D. () Direito de contestar critérios avaliativos, podendo recorrer às instâncias escolares superiores.

10. O artigo 56 do Estatuto da Criança e do Adolescente - ECA – (Lei Federal nº 8.069, de 13 de julho de 1990) prescreve que os dirigentes de estabelecimentos de Ensino Fundamental comunicarão ao Conselho Tutelar os seguintes casos, **exceto**:
- A.() Maus tratos envolvendo alunos.
 - B.() Reiteração de faltas injustificadas e de evasão escolar, esgotados os recursos escolares.
 - C.() Insatisfação com critérios avaliativos usados por alguns professores.
 - D.() Elevados níveis de repetência.
11. “É proibido qualquer trabalho a menores de _____ anos de idade, salvo na condição de aprendiz” (artigo 60 do Estatuto da Criança e do Adolescente – ECA).
A alternativa correta para completar o texto oficial acima, está representada na letra:
- A.() doze
 - B.() treze
 - C.() catorze
 - D.() quinze
12. O capítulo V do Estatuto da Criança e do Adolescente – ECA prescreve que o adolescente tem direito à profissionalização e à proteção ao trabalho.
Alinhado a isso, o artigo 67 do mesmo diploma legal estabelece ao adolescente empregado, aprendiz, em regime familiar de trabalho e aluno de escola técnica, algumas proibições.
Nesse sentido, considere as proposições abaixo:
- I. Ao adolescente é vedado o trabalho perigoso, insalubre e penoso.
 - II. Ao adolescente é vedado o trabalho realizado em horários e locais que não permitam a frequência à escola.
 - III. Ao adolescente é vedado o trabalho realizado em locais prejudiciais à sua formação e ao seu desenvolvimento físico, psíquico, moral e social.
- Está (ão) correta(s):
- A.() Somente a proposição I.
 - B.() Somente a proposição I e II.
 - C.() Somente a proposição III.
 - D.() As proposições I, II e III estão corretas.
13. O artigo 75 do Estatuto da Criança e do Adolescente – ECA estabelece que “toda a criança ou adolescente terá acesso às diversões e espetáculos públicos classificados como adequados a sua faixa etária”.
As crianças menores de _____ somente poderão ingressar e permanecer em locais de apresentação ou exibição quando acompanhadas dos pais ou responsáveis.
A alternativa correta para completar o texto acima está representada na letra:
- A.() 7 anos
 - B.() 8 anos
 - C.() 9 anos
 - D.() 10 anos
14. O artigo 81 do Estatuto da Criança e do Adolescente restringe a venda de diversos serviços e produtos à criança e ao adolescente. Nesse sentido, considere as afirmativas abaixo e, após, marque a alternativa correta.
- I. É proibida a venda à criança e ao adolescente de bebidas alcoólicas.
 - II. É proibida a venda à criança e ao adolescente de armas, munições e explosivos.
 - III. É proibida a venda à criança e ao adolescente de bilhetes lotéricos e equivalentes.
- A.() Somente a afirmativa I está correta.
 - B.() Somente as afirmativas I e II estão corretas.
 - C.() Somente a afirmativa III está correta.
 - D.() As afirmativas I, II e III estão corretas.

15. De acordo com o artigo 88 do Estatuto da Criança e do Adolescente – ECA (Lei Federal nº 8.069, de 1990) são diretrizes da política de atendimento da criança e do adolescente, entre outras, as seguintes, exceto:
- A.() Municipalização do atendimento.
 - B.() Realização e divulgação de pesquisas sobre o desenvolvimento infantil e sobre a prevenção da violência.
 - C.() Criação de Conselhos Municipais sem a participação da sociedade civil.
 - D.() Integração operacional de órgãos do Judiciário, Ministério Público, Defensoria, Segurança Pública, Assistência Social, entre outros.
16. O Estatuto da Criança e do Adolescente – ECA (Lei Federal nº 8.069, de 1990) trata exaustivamente das entidades de atendimento da criança e do adolescente. O artigo 94 do estatuto legal mencionado ocupa-se das entidades que desenvolvem programas de internação, apontando, entre outras, para algumas obrigações básicas. São obrigações das entidades que desenvolvem programas de internação, entre outros, as seguintes, **exceto**:
- A.() Proporcionar atividades culturais, esportivas e de lazer.
 - B.() Manter sigilo sobre a situação processual do adolescente internado.
 - C.() Comunicar às autoridades competentes todos os casos de adolescentes portadores de moléstia infectocontagiosa.
 - D.() Oferecer instalações físicas em condições adequadas de habitabilidade, higiene, salubridade, segurança e os objetos necessários à higiene pessoal.
17. Estão previstas medidas de proteção à criança e ao adolescente aplicáveis sempre que os direitos reconhecidos no Estatuto da Criança e do Adolescente forem violados ou ameaçados (art. 98 e seguintes do ECA). Sobre os princípios que regem a aplicação dessas medidas, considere as seguintes afirmações, colocando V para as verdadeiras e F para as consideradas falsas.
- () No processo de decisão sobre medida protetiva imposta, crianças, adolescentes, pais ou responsáveis não devem ser ouvidos.
 - () Em caso de implementação de medida protetiva é preciso atentar para a responsabilidade primária e solidária do poder público no sentido amplo, que abrange município, Estado e União.
 - () A internação deve ser efetuada de modo que os pais assumam seus deveres para com a criança e o adolescente.
 - () Em caso de medida protetiva à criança e ao adolescente, o respeito à intimidade e o direito à imagem não precisam ser preocupações dos responsáveis pelo trabalho.
- Está correta a sequência de V e F representada na alternativa:
- A.() F, F, V, F.
 - B.() V, F, V, F.
 - C.() F, V, V, F.
 - D.() V, V, F, V.
18. Dispõe o artigo 101, parágrafo 3º do ECA, que crianças e adolescentes somente podem ser encaminhados às instituições que executam programas de acolhimento institucional, governamental ou não, por meio de um guia de acolhimento, expedido pela autoridade judiciária, na qual obrigatoriamente constará um rol de dados e informações, entre outros. Considere os seguintes dados a serem preenchidos na guia de acolhimento:
- I. O endereço de residência dos pais ou do responsável, com pontos de referência.
 - II. Sua identificação e a qualificação completa de seus pais ou de seu responsável, se conhecidos.
 - III. Os nomes dos parentes ou de terceiros interessados em tê-los sob sua guarda.
- Está (ão) correto(s):
- A.() Somente o item I.
 - B.() Somente os itens I e a II.
 - C.() Somente o item III.
 - D.() Os itens I, II e III.

19. O Estatuto da Criança e do Adolescente – ECA (Lei Federal 8.069), ao tratar das garantias processuais em seu artigo 111, assegura ao adolescente, entre outros, as seguintes garantias, exceto:
- A.() Defesa técnica por advogado.
 - B.() Direito de ser ouvido pessoalmente pela autoridade competente.
 - C.() Direito de exigir escolha da pena por ato infracional praticado.
 - D.() Direito de solicitar a presença de seus pais ou responsável em qualquer fase do procedimento.
20. O artigo 112 do Estatuto da Criança e do Adolescente – ECA (Lei Federal 8.069, de 1990) arrola um conjunto de medidas a serem aplicadas ao adolescente quando da prática de ato infracional. Considere algumas medidas abaixo descritas, assinalando aquela que, sob nenhum pretexto, pode ser aplicada.
- A.() Internação em estabelecimento educacional.
 - B.() Prestação de trabalho forçado.
 - C.() Inserção em regime de semiliberdade.
 - D.() Prestação de serviço à comunidade.
21. Entre as medidas socioeducativas que poderão ser aplicadas pelas autoridades competentes aos adolescentes, quando verificada a prática de ato infracional, consta a obrigação de prestação de serviços à comunidade (ECA, artigo 117).
A prestação de serviços comunitários consiste na realização de tarefas gratuitas, por período não excedente a _____, junto a entidades assistenciais, hospitais, escolas e outros estabelecimentos congêneres, bem como em programas comunitários ou governamentais.
A alternativa correta para completar o texto acima, está representada na letra:
- A.() dois meses
 - B.() três meses
 - C.() seis meses
 - D.() doze meses
22. Outra medida socioeducativa que poderá ser aplicada aos adolescentes em prática infracional, prevista no artigo 118 do Estatuto de Criança e do Adolescente, é a da liberdade assistida. Nessa situação, a pessoa chamada de orientador ou orientadora terá encargos específicos previstos no ECA para acompanhar o caso.
A liberdade assistida será fixada pelo prazo mínimo de seis meses, podendo a qualquer tempo, ouvido o orientador ou orientadora, ser:
- I. Prorrogada.
 - II. Revogada.
 - III. Substituída.
- Está (ão) correto(s):
- A.() Somente o item I.
 - B.() Somente o item III.
 - C.() Somente os itens I e II.
 - D.() Os itens I, II e III.
23. O artigo 119 do Estatuto da Criança e do Adolescente – ECA (Lei Federal nº 8.069, de 1990) prevê alguns encargos ao chamado orientador ou orientadora, assim denominada a pessoa indicada para monitorar e responsabilizar-se pela medida socioeducativa chamada de liberdade assistida, direcionado ao adolescente infrator.
Sobre os encargos previstos ao orientador da liberdade assistida, considere as afirmações abaixo, assinalando a opção incorreta.
- A.() Cancelar a matrícula escolar do adolescente, direcionando seu tempo útil ao trabalho produtivo.
 - B.() Promover socialmente o adolescente e sua família, fornecendo-lhe a devida orientação.
 - C.() Diligenciar no sentido da profissionalização do adolescente e de sua inserção futura no mercado de trabalho.
 - D.() Apresentar relatório do caso.

24. No artigo 121 e seguintes do Estatuto da Criança e do Adolescente - ECA (Lei Federal nº 8.069, de 1990) está prevista a medida socioeducativa denominada internação. Nesse caso, a liberação do adolescente será obrigatória quando o mesmo completar:
- A.() Quinze anos de idade.
 - B.() Dezesesseis anos de idade.
 - C.() Dezoito anos de idade.
 - D.() Vinte e um anos de idade.
25. Sobre os direitos do adolescente privado de liberdade (internação), previstos no artigo 124 do Estatuto da Criança e do Adolescente - ECA (Lei Federal nº 8.069, de 1990), considere as seguintes afirmações, assinalando a alternativa considerada incorreta.
- A.() Receber visitas, ao menos semanalmente.
 - B.() Ser informado de sua situação processual sempre que solicitado.
 - C.() Avistar-se reservadamente com o seu defensor.
 - D.() Receber assistência religiosa estranha a sua, mesmo contra seu desejo.
26. Segundo o artigo 129 do Estatuto da Criança e do Adolescente - ECA (Lei Federal nº 8.069, de 1990), também são aplicáveis medidas socioeducativas aos pais ou responsável pela criança ou adolescente.
- As medidas a seguir arroladas são aplicáveis aos pais ou responsáveis, **exceto**:
- A.() Encaminhamento a tratamento psicológico ou psiquiátrico.
 - B.() Encaminhamento a cursos ou programas de orientação.
 - C.() Prisão em regime fechado.
 - D.() Suspensão ou destituição do poder familiar.
27. Na forma do artigo 133 do Estatuto da Criança e do Adolescente - ECA (Lei Federal nº 8.069, de 1990), para candidatura a membro do Conselho Tutelar serão exigidos alguns requisitos básicos.
- Considere os requisitos a seguir a assinale a alternativa incorreta.
- A.() Reconhecida idoneidade moral.
 - B.() Possuir curso superior completo na área de Ciências Humanas.
 - C.() Idade superior a vinte e um anos.
 - D.() Residir no município.
28. O Estatuto da Criança e do Adolescente - ECA (Lei Federal nº 8.069, de 1990), em seu artigo 136, prevê as atribuições do Conselho Tutelar.
- Examine as seguintes atribuições, assinalando a alternativa considerada correta.
- I. Expedir notificações.
 - II. Encaminhar ao Ministério Público notícia de fato que constitua infração administrativa ou penal contra os direitos da criança e do adolescente.
 - III. Requisitar certidões de nascimento e de óbito de criança ou adolescente quando necessário.
 - IV. Representar, em nome da pessoa e da família, contra a violação dos direitos previstos no ECA.
- A.() Somente a afirmação I está correta.
 - B.() Somente as afirmações I e II estão corretas.
 - C.() Somente a afirmação III está correta.
 - D.() Estão corretas as afirmações I, II e III.
29. O Estatuto da Criança e do Adolescente - ECA (Lei Federal nº 8.069, de 1990) estabelece no seu artigo 148 a competência da Justiça da Infância e da Juventude.
- A Justiça da Infância e da Juventude é competente para conhecer os seguintes casos, **exceto**:
- A.() Pedidos de adoção e seus incidentes.
 - B.() Suspensão ou extinção de processos.
 - C.() Greve de professores responsáveis por crianças e adolescentes.
 - D.() Casos encaminhados pelo Conselho Tutelar.

30. De acordo com o Estatuto da Criança e do Adolescente - ECA (Lei Federal nº 8.069, de 1990), artigo 10, os hospitais públicos e particulares e demais estabelecimentos de atenção à saúde de gestantes e recém-nascidos possuem várias obrigações.
Analisar as assertivas abaixo, assinalando a alternativa incorreta:
- A. () Identificar o recém-nascido mediante o registro de sua impressão plantar e digital e da impressão digital da mãe, sem prejuízo de outras formas normatizadas pela autoridade administrativa competente.
 - B. () Manter o registro das atividades desenvolvidas, através de prontuários coletivos pelo prazo de quinze anos.
 - C. () Proceder a exames visando ao diagnóstico e terapia de anormalidades no metabolismo do recém-nascido, bem como prestar orientação aos pais.
 - D. () Fornecer declaração de nascimento onde constem necessariamente as intercorrências do parto e do desenvolvimento do neonato.
31. Sobre o direito à vida e à saúde, de acordo com o artigo 7º e seguintes do Estatuto da Criança e do Adolescente - ECA (Lei Federal nº 8.069, de 1990), considere as seguintes afirmações, colocando V para as verdadeiras e F para as consideradas falsas.
- () A criança com necessidade de cuidados odontológicos especiais não será atendida pelo Sistema Único de Saúde.
 - () Não é obrigatória a vacinação das crianças, mesmo nos casos recomendados pelas autoridades sanitárias.
 - () A atenção odontológica à criança terá função educativa protetiva e será prestada, inicialmente, antes de o bebê nascer, por meio de aconselhamento pré-natal; posteriormente, no sexto e no décimo segundo ano de vida, com orientação sobre saúde bucal.
 - () O Sistema Único de Saúde promoverá a atenção à saúde bucal das crianças e das gestantes de forma transversal, integral e intersetorial com as demais linhas de cuidado direcionadas à mulher e à criança.
- Está correta a sequência de V e F representada pela letra:
- A. () V, V, F, F.
 - B. () F, V, V, F.
 - C. () V, F, V, V.
 - D. () F, F, V, V.
32. Dentro da temática do direito à liberdade, ao respeito e à dignidade, o artigo 18-B do Estatuto da Criança e do Adolescente – ECA, estipula que os pais, os integrantes da família ampliada, os responsáveis, os agentes públicos executores de medidas socioeducativas ou qualquer pessoa encarregada de cuidar crianças e adolescentes que utilizam castigo físico ou tratamento cruel ou degradante como forma de correção, disciplina ou qualquer outro pretexto, estarão sujeitos, sem prejuízos de outras sanções, as seguintes medidas, exceto:
- A. () Encaminhamento a programa oficial ou comunitário de proteção à família.
 - B. () Encaminhamento a tratamento psicológica ou psiquiátrico.
 - C. () Observação e espera para ver o desenvolvimento dos fatos com visitas, um ajuste natural.
 - D. () Encaminhamento a cursos ou programas de orientação.
33. Com relação à gestante ou mãe que manifeste interesse em entregar seu filho para adoção, é correto afirmar (artigo 19A do ECA) que, antes ou logo após o nascimento, a mesma deverá ser encaminhada:
- A. () Ao Conselho Tutelar do município.
 - B. () À Justiça da Infância e Juventude.
 - C. () À autoridade policial da cidade.
 - D. () Ao Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente – COMDICA.

34. Em relação ao poder familiar e família natural (artigo 23 e seguintes do ECA), considere as assertivas abaixo, colocando V para as verdadeiras e F para as consideradas falsas.
- () A perda e a suspensão do poder familiar deverá ser decretada judicialmente.
 - () A perda e a suspensão do poder familiar deverá ser decretada pelo Conselho Tutelar.
 - () A falta ou carência de recursos materiais constitui motivo suficiente para a perda ou suspensão do poder familiar.
 - () Entende-se por família natural a comunidade formada pelos pais ou qualquer deles e seus descendentes.
- Está correta a sequência V e F representada pela letra:
- A. () F, V, V, F.
 - B. () F, F, V, V.
 - C. () V, F, F, V.
 - D. () V, V, F, F.
35. A respeito da família substituta (artigo 28 e seguintes do ECA), assinale a opção correta.
- A. () A colocação em família substituta estrangeira constitui, segundo o ECA, medida excepcional, somente admissível na modalidade de adoção.
 - B. () Ao assumir a guarda, não há necessidade em prestação de compromisso formal por parte do responsável.
 - C. () Ao assumir a guarda, o responsável pode transferir o encargo a terceiros de sua confiança, sem consulta à autoridade competente.
 - D. () A colocação da criança ou do adolescente em família substituta não necessita de preparação anterior e gradativa, nem acompanhamento posterior.
36. O artigo 48 do Estatuto da Criança e do Adolescente (Lei Federal nº 8.069 de 1990), ao tratar da adoção, refere que o adotado, após completar _____, tem direito de conhecer sua origem biológica, bem como obter acesso irrestrito ao processo no qual a medida foi aplicada e seus eventuais incidentes.
- A alternativa correta para completar o texto acima está representada na letra:
- A. () onze anos
 - B. () quinze anos
 - C. () dezoito anos
 - D. () vinte e um anos
37. A respeito das revistas e publicações e seu acesso por crianças e adolescentes (artigo 78 e 79 do ECA), assinale a opção incorreta.
- A. () As revistas e publicações contendo material impróprio ou inadequado a crianças e adolescente deverão ser comercializadas em embalagem lacrada, com advertência de seu conteúdo.
 - B. () Cabe às editoras cuidar para que as capas de revistas contenham mensagens pornográficas ou obscenas sejam protegidas com embalagem opaca.
 - C. () As revistas e publicações destinadas ao público infantojuvenil poderão conter ilustrações com armas e munições.
 - D. () As revistas e publicações destinadas ao público infantojuvenil não poderão conter anúncios de bebidas alcoólicas.

38. Sobre a autorização para viajar (artigo 83 e seguintes do ECA), considere as seguintes assertivas, colocando V para as verdadeiras e F para as falsas.
- () Em princípio, nenhuma criança ou adolescente menos de 16 anos poderá viajar para fora da comarca onde reside desacompanhada dos pais ou responsáveis, sem expressa autorização judicial.
 - () A autorização para viajar para fora da comarca, em se tratando de criança ou adolescente desde que estiverem acompanhados de pessoa maior, expressamente autorizada pelo pai, mãe ou responsável.
 - () Para a criança ou adolescente menor de 16 anos, quando se tratar de viagem para o exterior, é dispensável qualquer tipo de autorização se viajar em companhias dos pais.
 - () A criança ou adolescente menor de 16 anos, nascido (a) em território nacional, poderá sair do país, sem autorização judicial, em companhia de estrangeiro residente e domiciliado no exterior.
- A. () F, V, V, F.
B. () F, F, V, V.
C. () V, V, F, F.
D. () V, F, V, V.
39. A internação constitui medida privativa da liberdade, sujeita aos princípios de brevidade, excepcionalidade e respeito à condição peculiar da pessoa em desenvolvimento (artigo 121 do ECA).
Conectado e inspirado no texto acima, analise as assertivas seguintes, assinalando a hipótese incorreta, acerca da proposição abaixo:
A medida de internação só poderá ser aplicada quando:
- A. () Trata-se de ato infracional cometido mediante grave ameaça ou violência à pessoa.
 - B. () Por participação na condição de infrator primário, em briga coletiva que resulte em lesões aos coparticipantes.
 - C. () Por descumprimento reiterado e injustificável da medida anterior imposta.
 - D. () Por reiteração no cometimento de outras infrações graves.
40. O artigo 90 do Estatuto da Criança e do Adolescente (Lei Federal nº 8.069, de 1990) enumera uma série de entidades de atendimento, responsáveis pelo planejamento e execução de programas de proteção e socioeducativos destinados à criança e adolescentes.
Assim temos, entre outras, entidades de prestação de serviços à comunidade, internação, liberdade assistida e apoio socioeducativo em meio aberto.
As entidades referidas acima, sejam governamentais ou não governamentais, serão fiscalizadas pelos órgãos descritos abaixo:
- I. Ministério Público.
 - II. Poder Judiciário.
 - III. Conselho Tutelar.
- Está (estão) certo(s):
- A. () Apenas o item I.
 - B. () Apenas o item III.
 - C. () Apenas os itens II e III.
 - D. () Os itens I, II e III.
41. De acordo com o artigo 91 do Estatuto da Criança e do Adolescente – ECA (Lei Federal nº 8.069, de 1990), as entidades não governamentais de atendimento à criança e ao adolescente somente poderão funcionar depois de registradas no órgão citado corretamente na alternativa:
- A. () Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente.
 - B. () Conselho Tutelar dos Direitos da Criança e do Adolescente.
 - C. () Secretaria Geral da Prefeitura Municipal.
 - D. () Juizado da Infância e Juventude.

42. Sobre o Conselho Tutelar dos Direitos da Criança e do Adolescente de Santo (artigo 1º da Lei Municipal nº 3962, de 2015), é correto o que se afirmar na alternativa:
- A.() É um órgão jurisdicional.
 - B.() Sua composição é de seis membros.
 - C.() É um órgão encarregado de zelar pelos direitos da criança e do adolescente.
 - D.() É um órgão não integrante da administração municipal.
43. O Conselho Tutelar dos Direitos da Criança e do Adolescente reúne seu colegiado, em sessões com o mínimo de quatro conselheiros _____ para avaliação e ratificação ou não do atendimento individualizado prestado pelos conselheiros, lavrando-se a respectiva ata. A alternativa correta para completar o texto está representada na letra:
- A.() a cada dois anos
 - B.() a cada quatro anos
 - C.() semanalmente
 - D.() quinzenalmente
44. O Conselho Tutelar dos Direitos da Criança e do Adolescente de Santo Ângelo (Lei Municipal nº 3.962, de 2015), de acordo com o artigo 5º, quando da necessidade de suprimento de recursos materiais e humanos, dirigir-se-á ao órgão descrito de forma correta na alternativa:
- A.() Juizado da Infância e Juventude.
 - B.() Gabinete do Prefeito Municipal.
 - C.() Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente – COMDICA.
 - D.() Ministério Público Estadual.
45. De acordo com o artigo 8º do Conselho Tutelar da Criança e do Adolescente de Santo Ângelo, são deveres de seus membros, exceto:
- A.() Residir no município.
 - B.() Identificar-se em suas manifestações funcionais.
 - C.() Delegar à pessoa que não seja membro do Conselho Tutelar o desempenho de atribuições que seja de sua responsabilidade.
 - D.() Manter conduta pública e particular ilibada.
46. O artigo 19 do Conselho Tutelar dos Direitos da Criança e do Adolescente de Santo Ângelo prevê a demissão do conselheiro tutelar, nos seguintes casos, entre outros, exceto:
- A.() Inassiduidade ou impontualidade habitual.
 - B.() Afastamento para licença maternidade ou paternidade, se for o caso.
 - C.() Corrupção.
 - D.() Revelação de segredo apropriado em razão da função.
47. Sobre a organização, funcionamento e a atuação do Conselho Tutelar dos Direitos da Criança e do Adolescente de Santo Ângelo, considere as seguintes assertivas, colocando V para as verdadeiras e F para as consideradas falsas.
- () O mandato do Conselheiro Tutelar será de 4 (quatro) anos, permitida uma recondução, mediante novo processo de escolha.
 - () A decisão do Conselho Tutelar, proferidas no âmbito de suas atribuições e obedecidas às formalidades legais, têm eficácia plena, não cabendo nenhuma revisão pelo Poder Judiciário.
 - () No exercício de suas atribuições e constando a existência de irregularidades em entidades fiscalizadoras ou em programas de atendimento o Conselho Tutelar elaborará um relatório que será arquivado para consultas futuras.
 - () Para o exercício de suas atribuições, o membro do Conselho Tutelar poderá ingressar e transitar livremente nas entidades de atendimento nas quais se encontram crianças e adolescentes.
- Está correta a sequência V e F representada pela letra:
- A.() V, V, F, V.
 - B.() F, F, V, V.
 - C.() V, F, F, V.
 - D.() F, V, V, F.

48. Segundo o disposto no artigo 7º da Lei número 4.070, de 2016, o Conselho Municipal dos Direitos da Criança – COMDICA, que funcionará em consonância com os conselhos estadual e federal dos Direitos da Criança e do adolescente, ficará diretamente vinculado ao:
- A.() Conselho Tutela.
 - B.() Gabinete do Prefeito Municipal.
 - C.() Sistema Municipal de Atendimento Socioeducativo – SIMASE.
 - D.() Secretaria Municipal da Educação.
49. O Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente - COMDICA é composto por catorze membros e seus respectivos suplentes, sendo sete indicados por organizações governamentais e sete representantes da sociedade civil.
A função de membro do COMDICA é considerada de interesse público relevante, sendo correta, em relação à remuneração, apenas uma alternativa que é a:
- A.() A remuneração será por hora de trabalho efetivo, incluindo reuniões, em valor a ser definido pelo Prefeito Municipal.
 - B.() Não será remunerada.
 - C.() Cada conselheiro receberá um salário mínimo por semestre, desde que compareça em todas as reuniões convocadas.
 - D.() Será remunerada por lei municipal a ser elaborada.
50. Com relação ao Fundo Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente – FMDCA, previsto na Lei nº 4.070, de agosto de 2016, está correta a afirmação da alternativa:
- A.() O gestor do FMDCA é de livre escolha do Prefeito, ouvido o Presidente da Câmara de Vereadores.
 - B.() O gestor do FMDCA será indicado pelo COMDICA e nomeado pelo Prefeito Municipal.
 - C.() O gestor do FMDCA será nomeado pelo Prefeito e deverá ser um funcionário de carreira da Secretaria Municipal de Fazenda.
 - D.() O gestor do FMDCA será nomeado pelo Prefeito, a partir de uma lista tríplice elaborada pelo Conselho Tutelar.